



AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

ITEM	ÍNDICE CONTEÚDO	PÁGINA
01	PREÂMBULO	02
02	OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA	02
03	LOCAL E PRAZOS	02
04	PREÇO ESTIMADO	03
05	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	03
06	PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO	04
07	INGRESSO NA DISPENSA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL	05
08	FASE DE LANCES	06
09	JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS	07
10	HABILITAÇÃO	09
11	DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	10
12	ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	13
13	NOTA DE EMPENHO	13
14	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	14
15	REAJUSTAMENTO E REVISÃO DE PREÇOS	14
16	EXECUÇÃO DO OBJETO DA DISPENSA ELETRÔNICA	15
17	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	15
18	ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA	17
19	CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL N° 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – LGPD)	17
20	DISPOSIÇÕES GERAIS	18
21	DOCUMENTAÇÃO FORNECIDA EM ANEXO	19
22	FORO	19
ANEXOS		
I	TERMO DE REFERÊNCIA	20
II	MODELO DE FORMULÁRIO DE PROPOSTA	36
III	MINUTA CONTRATUAL	38

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

1. PREÂMBULO

A Câmara Municipal de Macaé, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com participação exclusiva para **EMPRESAS DE PEQUENO PORTE e MICROEMPRESAS** do tipo **MENOR PREÇO**, e adjudicação **GLOBAL**, na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Lei Municipal nº 4.960/2022, Decreto Municipal nº 026/2023 e Resolução CMM nº 2019/2023, para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 62.725,29 (Sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e vinte e nove centavos), no caso de obras e serviços de engenharia.

1.2. Data da sessão: 06/10/2025

1.3. Horário da Fase de Lances: 08:00 horas às 14:00 horas (Horário de Brasília)

1.4. Local: Portal de Compras do Governo Federal: www.comprasgovernamentais.gov.br

Será possível o acompanhamento da dispensa, através do portal de Licitações da Câmara Municipal de Macaé no Youtube (www.youtube.com).

2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

2.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a **contratação de empresa especializada para realizar os serviços de manutenção preventiva (conservação e assistência técnica) e corretiva de elevador instalado no Museu do Legislativo**, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

2.2. A contratação do item ocorrerá conforme constante no Termo de Referência em anexo, tendo seu detalhamento em tabela abaixo;

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Manutenção preventiva (conservação assistência técnica) e corretiva do elevador Montelere série nº14497, capacidade de 225Kg, 3 pessoas e 2 paradas, instalado no Museu do Legislativo da Câmara Municipal de Macaé.	Mês	12

2.3. No caso de divergência entre a especificação contida neste aviso e no Sistema Comprasnet SIASG, prevalecerá a descrita neste aviso.

2.4. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos quanto às especificações do objeto.

3. LOCAL E PRAZOS

3.1. A manutenção preventiva será realizada mensalmente em todos os equipamentos, a fim de eliminar e prevenir pequenos defeitos, independentemente das solicitações para manutenção

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

corretiva. A manutenção preventiva deverá ser marcada antecipadamente, podendo a esta ser realizada concomitantemente com as manutenções corretivas.

3.2. A manutenção corretiva será realizada em até 01 (uma) hora após a solicitação da Câmara Municipal de Macaé, para a eliminação de defeitos porventura ocorridos nos equipamentos, podendo haver prorrogação deste prazo, mediante justificativa técnica, onde os reparos deverão ser realizados, sempre que possível, no local de instalação.

3.3. Os serviços contratados, que compreendem a manutenção corretiva e preventiva mensal, deverão ser executados no período compreendido entre 9h (nove horas) e 17h (dezessete horas), de segunda-feira a sexta-feira, exceto nos feriados nacionais, do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Macaé, devendo ser previamente agendados.

3.4. A Contratada deverá disponibilizar canais de contato para o devido agendamento através de e-mail, whats app ou similar.

3.5. Os serviços, objeto deste certame, serão executados no Museu da Câmara Municipal de Macaé, localizado no Palácio Cláudio Moacyr de Azevedo, Avenida Rui Barbosa, 197, Centro, Macaé, RJ, CEP 27910-361.

3.6. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá vigência de 02 (dois) anos contados da assinatura, prorrogáveis por até 10 anos, desde que mais vantajoso para a Câmara Municipal de Macaé, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133 de 2021.

3.7. Assistência técnica emergencial deverá atender aos chamados da Câmara Municipal de Macaé em casos de emergência, isto é, casos em que houver usuário(s) preso(s) na cabine ou em qualquer uma de suas partes, ou ainda, para qualquer acidente que venha a ocorrer no equipamento.

4. PREÇO ESTIMADO

4.1. O preço total estimado da presente dispensa eletrônica é **RS 21.600,00 (Vinte um mil e seiscentos reais)**, conforme MODELO DE FORMULÁRIO DE PROPOSTA – ANEXO II deste aviso.

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas oriundas deste aviso correrão por conta dos recursos orçamentários, conforme abaixo:

5.1.1. Programa de trabalho nº: 0103100372.202000

5.1.2. Elemento de Despesa nº: 33903900

5.1.3. Identificação da Despesa nº: 59

5.2. Fonte de Recurso: 500

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

6. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO

- 6.1. Não poderão participar desta dispensa eletrônica pessoas físicas ou jurídicas:
- 6.1.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a dispensa eletrônica versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 6.1.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 6.1.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a dispensa eletrônica versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 6.1.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da dispensa eletrônica, impossibilitada de participar do procedimento em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 6.1.3.1. O impedimento será também aplicado ao prestador de serviço que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do prestador de serviço.
- 6.1.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do aviso de dispensa eletrônica;
- 6.1.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 6.1.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 6.1.7. Sociedades empresárias que estiverem em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação judicial ou extrajudicial;
- 6.1.8. Que tenham entre seus sócios o Prefeito, seus auxiliares diretos, Vice-Prefeito ou Vereadores, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, subsistindo a proibição até 06 (seis) meses após findas as respectivas funções, nos termos do artigo 41 da Lei Orgânica do Município.
- 6.1.9. Será considerado comportamento inidôneo, o comparecimento na dispensa eletrônica do interessado que se apresente para participar da dispensa eletrônica e esteja enquadrado nas hipóteses dos impedimentos e vedações aqui elencados.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

7. INGRESSO NA DISPENSA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

7.1. O ingresso da empresa na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

7.2. A empresa interessada, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

7.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que comprehende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

7.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente execução do objeto;

7.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de prestar os serviços adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, as empresas NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

7.9. No cadastramento da proposta inicial, a empresa deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

7.9.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

7.9.2. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

7.9.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.9.4. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

7.9.5. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

7.9.6. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.10. Fica facultada a empresa, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

7.10.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo prestador de serviço e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

7.10.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

7.10.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pela empresa durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

7.10.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos as empresas na forma da seção seguinte deste Aviso.

8. FASE DE LANCES

8.1. A partir das __:__h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

8.2. Iniciada a etapa competitiva, as empresas, deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.

8.3. A empresa somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.3.1. A empresa poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

8.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 10,00 (dez reais).

8.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

8.5. Caso a empresa não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.6. Durante o procedimento, as empresas serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da empresa.

8.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

8.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

9. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

9.1. Encerrado o prazo para e envio das propostas, e sendo tabulado os preços ofertados, observando os critérios de julgamento, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

9.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

9.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta a empresa que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

9.2.2. A negociação poderá ser feita com as demais empresas classificadas, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

9.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

9.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

9.3.1. Além da documentação supracitada, a empresa com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo anexo, com os valores adequados à proposta vencedora.

9.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

apresentação.

9.5. Será desclassificada a proposta que:

9.5.1. Contiver vícios insanáveis;

9.5.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

9.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou acima do preço máximo definido para a contratação;

9.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

9.6. Quando a empresa não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

9.6.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria empresa, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.6.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

9.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

9.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

10. HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do ITEM 11 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO deste aviso e serão solicitados da empresa mais bem classificada da fase de lances.

10.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da empresa classificada em primeiro lugar, será verificado eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto a existência de sanção que impeça a participação no certame ou na futura participação, mediante consulta ao:

- a) Sicaf (<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/consultass>), a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 13, parágrafo único, V, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;
- c) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;
- d) Cadastro Nacional de Empresas Punitas (Cnep), no endereço eletrônico <https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>;

10.3. Caso conste na consulta de situação da empresa a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.3.2. A empresa será convocada para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.4. Constatada a existência de sanção, a empresa será reputada inabilitada, por falta de condição de participação.

10.5. Constatada a existência de sanção, a empresa será reputada inabilitada, por falta de condição de participação.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

10.6. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação das empresas será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação especificada neste aviso.

10.7. É dever da empresa atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

10.7.1. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da empresa, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

10.8. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF e o envio da proposta, quando solicitado, deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, prorrogável uma única vez por igual período, desde que solicitado pela empresa, contado da convocação efetuada no sistema.

10.9. Excepcionalmente, quando necessário à confirmação da veracidade dos documentos enviados eletronicamente, o agente de contratação poderá solicitar o encaminhamento dos documentos em original ou cópia autenticada, a serem enviados pela empresa no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da solicitação, aos cuidados da Diretoria de Licitações e Contratos, informando o número do aviso de contratação; O endereço para envio da documentação é: Avenida Antônio Abreu, nº1805, Horto, Macaé-RJ CEP: 27.947-570.

10.10. A documentação deverá ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste aviso para a abertura da sessão. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

10.11. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

10.12. Será inabilitada a empresa que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

10.13. Na hipótese de a empresa não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

10.14. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, a empresa será habilitada.

11. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

11.1. A documentação relativa à capacidade jurídica consistirá em:

11.1.1. Cédula de identidade, no caso de prestador de serviço pessoa física, acompanhado do

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou documento que comprove tal condição;

11.1.2. Registro comercial, no caso de prestador de serviço empresário individual;

11.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações, devidamente registrado, no caso de prestador de serviço sociedade empresária e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

11.1.4. Inscrição do ato constitutivo no caso de empresa sociedade civil, acompanhado de prova de registro de ata de eleição da diretoria em exercício;

11.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.2. A documentação reativa a qualificação técnica, consistirá em:

11.2.1. Apresentação, de no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter executado, de maneira satisfatória, objeto igual, semelhante ou de complexidade superior, bem como se houve cumprimento de prazos, especificações e qualidade dos mesmos.

11.3. A documentação relativa à **qualificação econômico-financeira** consistirá em:

11.3.1. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede de pessoa jurídica. Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente;

11.3.2. Para as licitantes sediadas na cidade de Macaé/RJ, esta prova será feita mediante apresentação de Certidão passada pelo Cartório Único de Registro de Distribuição.

11.3.3. Os licitantes sediados em outras Comarcas ou Estados deverão apresentar, juntamente com as Certidões exigidas, declaração passada pela autoridade judiciária de sua Comarca, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de Falências e Recuperação Judicial, ou de execução patrimonial, dispensadas, nos casos que a própria Certidão de Falência e Recuperação Judicial ou de execução patrimonial conste como Cartório Único de Distribuição daquela Comarca.

11.3.4. Comprovação de possuir a empresa licitante, o Capital Social de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, determinada no preâmbulo deste Edital, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais, de acordo com as disposições previstas no artigo 31, § 2º e 3º da Lei Federal nº 8666/93.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

11.4. A documentação relativa à regularidade fiscal, social e trabalhista consistirá em:

11.4.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

11.4.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do prestador de serviço, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.4.3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, consistente na apresentação da certidão negativa de débitos ou certidão positiva com efeito de negativa relativa a tributos e contribuições federais, dívida ativa da União e regularidade com os encargos sociais instituídos por lei, na forma da legislação específica;

11.4.4. Prova de Regularidade (CRF) com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, na forma da legislação específica;

11.4.5. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, inclusive Dívida Ativa, relativos aos tributos de ICMS, da sede do licitante;

11.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, da sede da licitante.

11.4.6.1. A prova de regularidade com a Fazenda Municipal deverá constar regularidade com ISS e Taxas.

11.4.6.2. Para as empresas com sede no Município de Macaé, a regularidade com a Fazenda Municipal será realizada através da apresentação das Certidões de Tributos Mobiliária (ISS e Taxas).

11.4.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas em nome do interessado com os mesmos efeitos da CNDT, na forma da legislação específica.

11.5. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal.

11.6. Quanto à forma de apresentação dos documentos de habilitação, exigir-se-á o seguinte:

11.6.1. Se o fornecedor for matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;

11.6.2. Se o fornecedor for filial, podem ser apresentados documentos que, comprovadamente e pela sua própria natureza, sejam emitidos em nome da matriz;

11.6.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

11.6.3.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos fornecedores e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

11.6.3.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.6.4. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.7. Será(ão) inabilitado(s) o(s) prestador(es) de serviço(s) que deixar(em) de apresentar qualquer documento relativo à habilitação ou apresentá-lo com prazo de validade vencido.

11.8. Fica facultada à Administração, consultar os sites para certificar a autenticidade dos documentos emitidos/apresentados.

11.9. As empresas criadas no exercício financeiro da dispensa eletrônica deverão atender a todas as exigências de habilitação e ficarão autorizadas a substituir, quando exigidos, os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

12. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Declarada a vencedora (s), o resultado da dispensa eletrônica será submetido à autoridade competente Câmara Municipal de Macaé (Ordenador de Despesas) para o procedimento de adjudicação e homologação da dispensa eletrônica.

13. NOTA DE EMPENHO

13.1. Após a adjudicação e homologação da dispensa eletrônica, será emitido a Nota de Empenho no exercício do ano corrente.

13.2. Em havendo documentação vencida, a Câmara Municipal de Macaé notificará a empresa vencedora, para que, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da notificação, apresente a documentação atualizada.

13.3. A Administração convocará regularmente a empresa vencedora para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no aviso de dispensa eletrônica, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021. A empresa vencedora terá um prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos para assinatura da Nota de Empenho e/ou Contrato, a contar de sua convocação.

13.4. O prazo poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo órgão gestor da contratação.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

13.5. Caso a fornecedor não assine o termo de contrato ou não aceite ou não retire o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, a Administração convocará os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo prestador de serviço vencedor.

13.6. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no aviso sem convocação para a contratação, ficarão as empresas liberadas dos compromissos assumidos.

13.7. Na hipótese de nenhum das empresas aceitarem a contratação nos termos do subitem 13.3 do aviso, a Administração, observado o valor estimado, poderá:

13.7.1. Convocar as empresas remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

13.7.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas empresas remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta, se exigida, em favor do órgão ou entidade licitante.

13.9. Será facultada à Administração a convocação das demais empresas classificadas para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos subitens 14.3 e seguinte deste aviso.

14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. Os pagamentos serão efetuados pela Câmara Municipal de Macaé, em moeda corrente nacional, em até 30 dias, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos materiais/serviços, na forma do item 16.

14.2. A Contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações, à exceção do disposto no artigo 137, §2º, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo tolerar possíveis atrasos de pagamento.

14.3. Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento. No caso de antecipação do pagamento, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre a data do efetivo pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.

14.4. A contratante estará eximida de cumprir os itens relativos às compensações financeiras nos casos em que a contratada houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.

15. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

15.1. Os contratos que vierem a ser pactuados em decorrência desta contratação serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 01 (um) ano, a contar da data do orçamento estimado elaborado através do mapa comparativo em 31/07/2025, podendo ser reajustados a partir desta data, e assim, a cada período de um ano contado do último reajuste, desde que requerido pela CONTRATADA e caso se verifique hipótese legal que autorize o reajustamento, utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

15.2. A CONTRATADA não terá direito ao reajuste a que alude o subitem anterior, para a etapa do serviço que sofrer atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também da que for executada fora do prazo sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

15.3. No caso de reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano deve considerar a data do último reajuste concedido.

15.4. Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão somente em relação aos itens que o motivaram e aos saldos de quantitativos porventura existentes.

15.5. Nos termos do artigo 70 do Decreto Municipal nº 026/2023, serão objeto de preclusão:

15.5.1. As solicitações de reequilíbrio econômico-financeiro realizadas após a assinatura do contrato ou do termo aditivo sem que tenha havido alteração dos preços, bem como após o encerramento da vigência do contrato; e

15.5.2. As solicitações de reajuste em sentido estrito e repactuação realizadas após a data de aniversário do orçamento estimado, da proposta, do acordo, da convenção coletiva ou do dissídio coletivo, conforme o caso.

16. EXECUÇÃO DO OBJETO DA DISPENSA ELETRÔNICA

16.1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.

16.2. Serão recebidos provisoriamente pelo(s) responsável(s) pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, mediante Termo de Recebimento Provisório.

16.3. O objeto será recebido definitivamente de forma mensal, e sendo referente a todos os serviços realizados no mês pela contratada, com vistoria realizada junto aos fiscais da Câmara Municipal de Macaé.

16.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O prestador do serviço ou a contratada será responsabilizada administrativamente pelas

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

seguintes infrações:

- 17.1.1. . Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 17.1.2. Dar causa à inexecução total do contrato;
 - 17.1.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, quando exigidas;
 - 17.1.4. Não manter a proposta, inclusive no que tange à apresentação de amostra ou prova de conceito, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 17.1.5. Não celebrar o contrato / instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 17.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da dispensa eletrônica sem motivo justificado;
 - 17.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a dispensa eletrônica ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
 - 17.1.8. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 17.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 17.1.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da dispensa eletrônica;
 - 17.1.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- 17.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:
- 17.2.1. Advertência;
 - 17.2.2. Multa, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;
 - 17.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Macaé, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
 - 17.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 17.3. A aplicação de sanções observará o devido processo administrativo, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, combinada com o artigo 29 e seguintes da Lei Municipal nº 4.960/2022.
- 17.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

17.5. As sanções aplicadas serão obrigatoriamente registradas junto à Coordenadoria Geral de Contratos, bem como no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punitidas (Cnep).

17.6. A aplicação das sanções não exonera o infrator de eventual ação por perdas e danos que seu ato ensejar.

17.7. Nos termos do Decreto Municipal nº 088/2023, incorre nas penalidades descritas no subitem 17.2.4, cumulada com o subitem 17.2.2, a prestador de serviço que praticar as condutas descritas nos itens 17.1.1 à 17.1.5.

17.8. As sanções previstas nos subitens 17.2.3 e 17.2.4 implicarão no descredenciamento do prestador de serviço no Sicaf.

17.9. O valor das multas que, porventura forem aplicadas, serão descontadas da garantia da respectiva Contratada. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo órgão gestor da contratação ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente

18. ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA

18.1. A autoridade competente para aprovação do procedimento poderá revogar a dispensa eletrônica por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, devendo em ambos os casos a decisão estar devidamente fundamentada no processo.

19. CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD)

19.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

19.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, especialmente os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

19.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Federal nº 13.709/2018.

19.4. Em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, o contratante, para a execução do objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da contratada, tais como

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial e cópia do documento de identificação.

19.5. A contratada declara que tem ciência da existência da Lei Federal nº 13.709/2018 e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo contratante.

20. DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. O procedimento será divulgado no Comprasgov e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos prestadores de serviços registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de produtos a que pretende adquirir.

20.2. No caso de todos os prestadores de serviços restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

20.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

20.2.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

20.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

20.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

20.3. As providências dos subitens 20.2.1 e 20.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer prestadores de serviços interessados (procedimento deserto).

20.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos prestadores de serviços, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

20.5. Caberá a empresa acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

20.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

20.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

20.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.10. As empresas assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

20.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

20.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

21. DOCUMENTAÇÃO FORNECIDA EM ANEXO

21.1. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Modelo de Formulário da Proposta

ANEXO III – Minuta Contratual

22. FORO

22.1. Fica eleito o Foro da Comarca da cidade de Macaé/RJ, por mais privilegiado que outro seja para serem dirimidas eventuais dúvidas decorrentes da dispensa eletrônica, não resolvidas na esfera administrativa.

Macaé-RJ, 30 de setembro de 2025.

Ronaldo Adriano Simeão Bigão
Consultor Jurídico
Matrícula 4485-7

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA – 016/2025

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva (conservação e assistência técnica) do elevador instalado no Museu do Legislativo, da Câmara Municipal de Macaé.

1.2. A contratação dos serviços objeto deste certame devem atender requisitos específicos que garantam a manutenção preventiva e corretiva (conservação e assistência técnica) do elevador instalado no Museu do Legislativo da Câmara Municipal de Macaé. Esta contratação visa também o bom funcionamento e utilização do aparelho, proporcionando segurança e conforto para seus usuários, bem como preservando a vida útil do aparelho e seus equipamentos. Além dos requisitos previamente mencionados, são estabelecidos os seguintes critérios:

1.2.1. Natureza Continuada: Considerando a importância estratégica dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, a contratação possui natureza continuada. Portanto, é essencial que o contrato possa ser prorrogado para além da vigência comum de doze meses prevista na Lei nº 14.133/2021, garantindo assim a estabilidade e a continuidade na prestação dos serviços.

1.2.2. Qualificação da Licitante: A licitante a ser contratada deve ser uma pessoa jurídica que explore o ramo de atividade compatível com o objeto licitado. Além disso, é necessário que atenda às condições exigidas no certame, apresentando comprovação de aptidão para prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação.

1.2.3. Responsabilidade Legal: A Contratada será integralmente responsável por qualquer prejuízo que possa ser causado ao Contratante em função do descumprimento de dispositivos legais relativos aos serviços relacionados no certame. Isso inclui o cumprimento de normas trabalhistas, fiscais, ambientais e quaisquer outras legislações pertinentes à prestação dos serviços.



AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

1.2.4. Canal de Comunicação: A Contratada deverá indicar um responsável para o contato com o Contratante, estando disponível a qualquer momento para fornecer informações, documentos e esclarecimentos necessários sobre a execução do Contrato. Além disso, deverá manter atualizados e em plena vigência tanto a documentação como os dados cadastrais junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

2. DA MODALIDADE LICITATÓRIA/CONTRATAÇÃO DIRETA:

A contratação será feita através de Dispensa Eletrônica.

2.1. A contratação direta será por menor preço.

2.2. A adjudicação será menor item.

2.3. O regime de execução será empreitada por preço unitário.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

3.1. Da justificativa:

A manutenção preventiva (conservação e assistência técnica) e corretiva do elevador instalado no Museu do Legislativo da Câmara Municipal de Macaé – visa, o bom funcionamento e utilização do aparelho, proporcionando segurança e conforto para seus usuários, bem como preservando a vida útil do aparelho e seus equipamentos.

4. VALOR TOTAL ESTIMADO:

Item	Descrição	Unidade	QTD	Valor unitário Estimado	Valor Total Estimado
1	MANUTENÇÃO PREVENTIVA (CONSERVAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA) E CORRETIVA DO ELEVADOR MONTELERE SÉRIE Nº14497, CAPACIDADE DE 225KG, 3 PESSOAS E 2 PARADAS, INSTALADO NO MUSEU DO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ.	MÊS	12	R\$ 1.800,00	R\$ 21.600,00

4.1. O Valor Estimado da contratação é de R\$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais).



AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos consignados na seguinte dotação orçamentária:

Fonte: 500.

Identificação da Despesa: 59.

Programa de Trabalho: 0103100372.202000.

Elemento de Despesa: 33903900 – Outros serviços de terceiros-PJ.

6. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL:

6.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá vigência de 02 (dois) anos contados da assinatura, prorrogáveis por até 10 anos, desde que mais vantajoso para a Câmara Municipal de Macaé, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133 de 2021.

6.2. O cronograma estimativo de dispêndios será da seguinte forma:

Cronograma de Dispêndio	
Mês	Proporcionalidade
Mês 01	8,33%
Mês 02	8,33%
Mês 03	8,33%
Mês 04	8,33%
Mês 05	8,33%
Mês 06	8,33%
Mês 07	8,33%
Mês 08	8,33%
Mês 09	8,33%
Mês 10	8,33%
Mês 11	8,33%
Mês 12	8,37%

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

6.3. DESCRIÇÃO A SOLUÇÃO / MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

Item	Catserv	Descrição	Unidade	Quantidade
1	3557	MANUTENÇÃO PREVENTIVA (CONSERVAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA) E CORRETIVA DO ELEVADOR MONTELERE SÉRIE Nº14497, CAPACIDADE DE 225KG, 3 PESSOAS E 2 PARADAS, INSTALADO NO MUSEU DO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ.	MÊS	12

6.3.1. Os serviços, objeto deste certame, serão executados no Museu da Câmara Municipal de Macaé, localizado no Palácio Cláudio Moacyr de Azevedo, Avenida Rui Barbosa, 197, Centro, Macaé, RJ, CEP 27910-361.

6.3.2. Faz parte do escopo do objeto o fornecimento de todos os insumos necessários a realização dos serviços de manutenção preventiva mensal (conservação e assistência técnica) e corretiva.

6.3.3. Os serviços contratados, que compreendem a manutenção corretiva e preventiva mensal, deverão ser executados no período compreendido entre 9h (nove horas) e 17h (dezessete horas), de segunda-feira a sexta-feira, exceto nos feriados nacionais, do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Macaé, devendo ser previamente agendados.

6.3.3.1. A Contratada deverá disponibilizar canais de contato para abertura de chamados através de e-mail, WhatsApp ou similar.

6.3.4. A manutenção preventiva será realizada mensalmente em todos os equipamentos, a fim de eliminar e prevenir pequenos defeitos, independentemente das solicitações para manutenção corretiva. A manutenção preventiva deverá ser marcada antecipadamente, podendo a esta ser realizada concomitantemente com as manutenções corretivas.

6.3.5. A manutenção corretiva será realizada em até 01 (uma) hora após a solicitação da Câmara Municipal de Macaé, para a eliminação de defeitos porventura ocorridos nos equipamentos, podendo haver



AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

prorrogação deste prazo, mediante justificativa técnica, onde os reparos deverão ser realizados, sempre que possível, no local de instalação.

6.3.6 Assistência técnica emergencial deverá atender aos chamados da Câmara Municipal de Macaé em casos de emergência, isto é, casos em que houver usuário(s) preso(s) na cabine ou em qualquer uma de suas partes, ou ainda, para qualquer acidente que venha a ocorrer no equipamento.

6.3.7. A Contratada fornecerá um relatório técnico para o controle da CMM a cada chamado, onde constarão os horários de início e término do atendimento, com a identificação dos equipamentos que apresentarem defeitos e as demais anotações pertinentes.

6.4. Os serviços devem obedecer ao seguinte plano de manutenção preventiva mensal:

ITEM	LOCAL	SUBITEM	ATIVIDADE	PERÍODO
1	CABINE	1.1	PAINEL DE CHAMADA/OPERAÇÃO	
		1.2	INTERFONE/INTERCOMUNICADOR	
		1.3	ILUMINAÇÃO, SUBTETO E VENTILADOR	
		1.4	PORTAS, CORREDIÇAS E RÉGUA DE SEGURANÇA	
		1.5	INDICADOR DE POSIÇÃO (ANDAR)	
		1.6	OPERADOR DE PORTAS	
		1.7	BOTOEIRAS E SINALIZAÇÃO	
2	PAVIMENTO	2.1	PORTAS E SOLEIRAS (CAB/PAV)	
		2.2	NIVELAMENTO (CAB/PAV)	
		2.3	BOTOEIRAS E SINALIZAÇÃO	
3	CASA DE MÁQUINA	3.1	PAINEL DE CONTROLE/COMANDO	
		3.2	MÁQUINA E CABOS DE TRAÇÃO	
		3.3	REGULADOR DE SOBREVELOCIDADE E MECANISMO	
4	CAIXA DE CORRIDA/DESLOCAMENTO	4.1	POLIA DE DESVIO	
		4.2	CABOS DE MANOBRA E FIAÇÕES	
		4.3	ILUMINAÇÃO	
		4.4	ESTRUTURAS	
		4.5	PORTAS DE PAVIMENTO	
		4.6	CONTRAPESO	
5	POÇO	5.1	LIMITES SUPERIORES E INFERIORES	
		5.2	ILUMINAÇÃO DO POÇO E ESCADA DE EMERGÊNCIA	
		5.3	CABINE SUPERIOR	
		5.4	CORREDIÇA SUPERIOR, SUSPENSÃO DE CABOS DE TRAÇÃO	
		5.5	CORREDIÇAS INFERIORES E MECANISMO DO FREIO DE SEGURANÇA DA CABINE	
		5.6	POLIA TENSORA DO CABO DE FREIO DE SOBREVELOCIDADE	
		5.7	DESLIZE DO CONTRAPESO	
		5.8	BOTOEIRA DE EMERGÊNCIA	

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

6.5.1 CABINE

- a) Painel de chamada/operação; verificar os parafusos de fixação e setas de direção (se ascendem e ou estão quebradas, etc); o funcionamento das botoeiras de chamada (trancando ao ser acionada ou se acende o iluminado, etc); o funcionamento dos botões abre-porta, fecha-porta e alarme.
- b) Interfone/intercomunicador: verificar o funcionamento, comunicação da cabine com a sala de controle.
- c) Iluminação, subteto e ventilador: verificar o funcionamento das lâmpadas, ventiladores e bateria para fonte de luz de emergência; as fixações em geral; e realizar limpeza do subteto se necessário.
- d) Portas, corrediças e régua de segurança: verificar o funcionamento, fixação e alinhamento das portas da cabine; a folga excessiva das corrediças sobre a soleira; o funcionamento, fixação, ajuste mecânico e limpeza da régua de segurança.
- e) Indicador de posição (andar): verificar o funcionamento e fixação.
- f) Operador de portas: verificar as condições (tensão e desgaste) das correntes, correias ou cabo de tração; o desgaste dos roletes, folga e fixação; o funcionamento dos limites switch; a limpeza e lubrificação do conjunto operador.
- g) Botoeiras e sinalização: verificar o funcionamento das botoeiras e dos indicadores (lâmpadas, segmentos incompletos, etc).

6.5.2. PAVIMENTO

- a) Portas e soleiras (CAB/PAV): verificar a fixação e realizar limpeza da soleira; os puxadores, folga nos trincos eletromecânicos e micro switch.
- b) Nivelamento (CAB/PAV): verificar o nivelamento do elevador na subida e na descida com o pavimento; e a existência de ruído.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

c) Botoeiras e sinalização: verificar o funcionamento das botoeiras e dos indicadores (lâmpadas, segmentos incompletos, etc).

6.5.3 CASA DE MÁQUINA

a) Painel de controle/comando: verificar as condições dos fusíveis e seus engates; a conexão, aquecimento anormal e oxidação; os contatos de relés, contator e fixação dos mesmos; e reapertar bornes em geral.

Máquina e cabos de tração: verificar o nível de óleo da caixa redutora e vazamento; o ruído na caixa redutora, buchas, coroa, eixo sem fim e acoplamento; a existência de limalhas de ferro e desgaste na polia de tração; a existência de arame rompido no cabo de tração de acordo com as normas técnicas; o funcionamento do motor e esconder; a existência de desgaste nos canais da polia de tração; a polia deslocadora, eixo de sustentação e mancais; o funcionamento, desgaste e ajuste, se necessário, do freio estacionário; e realizar limpeza em geral.

c) Regulador de sobrevelocidade e mecanismo: verificar o desgaste da polia; a existência de ruído; o funcionamento das peças móveis; as condições dos contatos limite switch; e as condições do cabo de aço.

6.5.4 CAIXA DE CORRIDA/DESLOCAMENTO

a) Polia de desvio: verificar a fixação, lubrificação, ruídos, desgaste dos canais, eixos e rolamentos.

b) Cabos de manobra e fiação; verificar as condições da fiação elétrica e cabo de manobra na caixa de corrida; a descida e subida do cabo de manobra; e os ruídos, obstrução e posição do mesmo.

c) Iluminação: verificar a fixação dos suportes; as condições da fiação elétrica e sua fixação; e as lâmpadas queimadas.

d) Estruturas: verificar as áreas corroídas; as condições de pintura; e a limpeza,

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

- e) Portas de pavimento: verificar a fixação do dispositivo de arraste, mola e roletes; os cabos e pesos de acionamento e tensionamento; o reaperto de fixação e braço acionador; e limpar e lubrificar o conjunto.
- f) Contrapeso: verificar a fixação dos pesos, empenamento das estruturas; a condição das corrediças de nylon superior e inferior; a fixação dos cabos de aço (castanhas, porcas, contra porcas, cuspilhas e grampo "u"); o nível de óleo do reservatório lubrificador de trilho; e a fixação dos trilhos guia.

6.5.5 POÇO

a) Limites superiores e inferiores: verificar o funcionamento, condição dos contatos elétricos e fixações; o funcionamento da botoeira de emergência do fundo do poço.

b) Iluminação do poço e escada de emergência: verificar o funcionamento das lâmpadas; a fixação e acesso da escada de emergência a sala de máquinas; e limpar se necessário.

Cabine superior: verificar os contatos do limite switch do alçapão; o funcionamento da botoeira de emergência; o nível de óleo do lubrificador de trilho; o funcionamento da rampa eletromecânica; o funcionamento da caixa de operação manual/automático.

d) Corrediça superior, suspensão de cabos de tração: verificar o estado das corrediças, desgaste dos nylons e folga excessiva entre as guias; a limpeza e fixação das graxeiras; o tensionamento dos cabos de aço, fixação das castanhas, porcas e contra porcas e grampo "u"; e a existência de ruídos.

e) Corrediças inferiores e mecanismo do freio de segurança da cabine: verificar: as condições das corrediças, desgaste dos nylons e folgas excessivas; limpar, lubrificar ou ajustar, se necessário, o mecanismo do freio de segurança; e limpar e lubrificar.

f) Polia tensora do cabo de freio de sobrevelocidade: verificar a fixação junto a guia (trilho), alinhamento da polia, do braço e do suporte; o funcionamento do limite switch; a distância do peso em relação ao piso do poço (maior que 150 mm); e limpar e lubrificar o eixo.



AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

- g) Deslize do contrapeso: verificar a distância da mola para-choque à parte inferior da estrutura do contrapeso (150 a 500mm); e a limpeza do fundo do poço.
- h) Botoeira de emergência: verificar o estado de conservação e fixação; e as condições Operacionais.

7. DA GESTÃO DO CONTRATO

7.1. A gestão do contrato decorrente deste termo caberá à Diretoria Geral, que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/21, ficando o titular do referido Órgão como corresponsável.

7.2. A fiscalização do contrato será exercida pelos seguintes servidores:

- Chayen Fernandes Lima – Matrícula nº 3839-3 - Gestor
- Débora Pereira Carneiro Amorim – Matrícula nº 4489-0 – Fiscal Técnico
- Juliano Farias Pereira Gáspio – Matrícula nº 4095-9 – Fiscal Administrativo
- Fernando Tadeu Pinheiro Vieira – Matrícula nº 6361-4 – Fiscal Administrativo

7.3. Aos servidores designados para o acompanhamento e fiscalização do contrato, incumbe as seguintes funções:

- a) Verificar se a prestação de serviços está sendo realizada em conformidade com o objeto da contratação;
- b) Adotar as providências necessárias a preservação dos interesses do erário, promovendo a atestaçāo das faturas, opinando pela aplicação das penalidades cabíveis em caso de inadimplemento e praticar os atos indispensáveis a boa execução dos contratos sob sua responsabilidade;
- c) Emitir, com a periodicidade adequada ao objeto fiscalizado, relatório acerca da execução dos contratos, sugerindo, em tempo hábil, as providências necessárias em benefício da Administração, inclusive no tocante às hipóteses de alterações contratuais, de prorrogação, de



AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

rescisão, bem como aqueles destinados a abertura de novo procedimento licitatório, se for o caso.

7.4. Ficam reservados ao gestor do contrato o direito e a autoridade para comunicar à Comissão Processante desta CMM todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidoso não previsto no processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto contratado, desde que não acarrete ônus para a CMM ou modificação da contratação.

7.5. A contratada deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela gestão e fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

7.6. A existência e a atuação da gestão e da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a CMM ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade da CMM ou de seus prepostos, devendo, ainda, a contratada, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao resarcimento imediato a CMM dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

8. DO RECEBIMENTO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

8.1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.

8.2. Serão recebidos provisoriamente pelo(s) responsável(s) pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, mediante Termo de Recebimento Provisório.

8.3. O objeto será recebido definitivamente de forma mensal, e sendo referente a todos os serviços realizados no mês pela contratada, com vistoria realizada junto aos fiscais da Câmara Municipal de Macaé.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

8.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9. FORMA DE PAGAMENTO

9.1. Os pagamentos serão efetuados pela Câmara Municipal de Macaé, em moeda corrente nacional, em até 30 dias, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo e comprovação de regularidade fiscal junto ao INSS e ao FGTS.

9.2. A Contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações e deverá tolerar possíveis atrasos de pagamento nos termos previstos no artigo 137 inciso IV da Lei Federal 14.133/21 e alterações posteriores.

9.3. Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento. No caso de antecipação do pagamento, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre a data do efetivo pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.

9.4. A Contratante estará eximida de cumprir os itens relativos às compensações financeiras nos casos em que a Contratada houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.

10. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

10.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A documentação relativa à qualificação técnica consistirá em:

10.1.1. Apresentação, de no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter executado, de maneira satisfatória, objeto igual, semelhante ou de complexidade superior, bem como se houve cumprimento de prazos, especificações e qualidade dos mesmos.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

10.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Executar os serviços, obedecendo rigorosamente às especificações discriminadas no Termo de Referência e principalmente aos preceitos instituídos pela Lei Federal de Licitações.
- b) Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- c) Não transferir para outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato a ser firmado.
- d) Responsabilizar-se, exclusivamente por quaisquer ônus, direito e obrigações, vinculadas à legislação tributária, trabalhista, segurança e medicina do trabalho, previdenciária ou comercial, decorrente da contratação.
- e) Arcar com todas as despesas operacionais, correspondentes a deslocamentos, fretes, seguros, taxas, emolumentos, cópias e quaisquer outras necessárias à execução do objeto deste contrato.
- f) Executar o contrato através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho das funções, podendo o Contratante exigir a retirada daquelas cujas condutas seja julgada inconveniente e obrigando-se também a indenizar o Contratante por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem.
- g) Responder perante o Contratante por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do serviço ora contratado, por atos de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando ao Contratante o exercício do direito de regresso, eximindo-o de qualquer solidariedade ou responsabilidade de qualquer natureza.
- h) Facilitar e permitir ao Contratante, a qualquer momento, a realização de vistoria, sem que isso incorra em isenção de responsabilidade ao Contratante, e esclarecer prontamente as questões relativas à execução do contrato, quando solicitada.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

- i) Não utilizar o nome do Câmara Municipal de Macaé e do Contratante em quaisquer atividades de divulgação de sua empresa, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e outros impressos.
- j) Não se pronunciar em nome do Câmara Municipal de Macaé e do Contratante a órgãos da imprensa ou clientes sobre quaisquer assuntos relativos à sua atividade, bem como sobre os serviços ao seu cargo.
- k) Comunicar ao Contratante, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência, qualquer alteração na composição societária da empresa ou em seu quadro técnico.
- l) Comunicar ao Contratante, com antecedência mínima de 2 (dois) dias o pedido de afastamento temporário, bem como, quaisquer alterações cadastrais da empresa (end., tel., fax, e-mail).
- m) Guardar por si, por seus empregados e prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão do fornecimento a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei civil e criminal, responsável por sua indevida divulgação, descuidada e incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.
- n) Obedecer às determinações legais ou emanadas das autoridades constituídas, sendo a única responsável pelas providencias necessárias e pelos efeitos decorrentes de eventuais inobservâncias delas.
- o) Apresentar ao Contratante, junto com a(s) nota(s) fiscal(is), os documentos exigidos para pagamento, sob pena de retenção total ou parcial do pagamento.
- p) Assumir total responsabilidade pelos serviços que apresentarem não conformidade, má qualidade e/ou irregularidades, responsabilizando-se por eventuais danos e/ou prejuízos causados a terceiros e/ou a coisas e bens do Câmara Municipal e do Contratante, arcando com as respectivas indenizações, que poderão ser imediatamente retidas, e/ou reembolsando de imediato ao Câmara Municipal e ao Contratante o valor do prejuízo acarretado.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

- q) Substituir e/ou reparar, por sua conta e responsabilidade, os serviços considerados inadequados ou imperfeitos, ou que estiverem em descordo com o ora pactuado, respeitando os prazos fixados, ficando a critério do Contratante aprovar ou rejeitar, sem prejuízo das multas contratuais.
- r) Requerer a exclusão do Câmara Municipal e do Contratante de lide que venha a ser movida por qualquer motivo relacionado aos compromissos aqui contratados, inclusive por seus funcionários, sob pena de resarcimento dos prejuízos advindos do processo judicial, acrescido de perdas e danos, sem prejuízo de rescisão contratual.
- s) Obter as Licenças junto às repartições competentes, necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais e mantê-las atualizadas.
- t) A Câmara Municipal não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da contratada, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros alegados.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Promover, na forma do art. 117 da Lei Federal nº 14.123/21, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do Termo de Referência. A existência de fiscalização da Contratante de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da Contratada por qualquer vício ou defeito na execução do contrato.
- b) Notificar, por escrito, à Contratada sobre eventuais irregularidades encontradas no fiel cumprimento de suas obrigações, observando os prazos para adequação.
- c) O Contratante se reserva o direito de solicitar os serviços ora contratados, na sua totalidade ou parcialmente, de acordo com a sua necessidade e conveniência.
- d) Efetuar os pagamentos devidos à Contratada pelos serviços efetivamente executados e faturados, nas condições estabelecidas no contrato.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

12 – DA GARANTIA

12.1. Fica a Contratada obrigada a apresentar à Diretoria de Contabilidade, com cópia à Diretoria de Licitações e Contratos, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da assinatura do Contrato ou Instrumento Equivalente, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, com validade para todo o período contratual mediante a opção por uma dentre as seguintes modalidades: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública; seguro-garantia; ou fiança bancária.

12.2. Na hipótese de o contratado optar pela apresentação do seguro-garantia, previsto no inciso II do §1º do artigo 96, da Lei Federal nº14.133/2021, terá o prazo mínimo de 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, nos termos do §3º do mesmo artigo, para apresentação do seguro garantia.

12.3. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em Banco Oficial, em conta específica com correção monetária, em favor da Câmara Municipal de Macaé.

12.4. A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, poderá ser executada para ressarcimento da Câmara Municipal de Macaé e para pagamento dos valores das multas moratórias, multas punitivas, indenizações a ele devidas pelo Contratado, bem como de débitos da empresa para com os encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas relacionados com o presente contrato, tais como INSS, FGTS, impostos, salários, vales-transportes, vales-refeições e verbas rescisórias, prejuízos advindos do não cumprimento do contrato, multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada e prejuízos diretos causados à contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

12.5. A contratada fica obrigada a repor o valor da garantia quando esta for utilizada para cobertura de multas, desde que não tenha havido rescisão.

12.6. No caso de renovação da contratação, a Contratada deverá renovar a garantia.

12.7. Havendo aditivos de valor e/ou prazos, reajustes, atualizações, revisões ou repactuações, a Contratada reforçará a garantia, conforme o caso.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

12.8. O prazo de vigência da garantia será igual ao de vigência da contratação, acrescido de 90 (noventa) dias.

12.9. A garantia somente poderá ser levantada após o recebimento definitivo do objeto pela fiscalização.

12.10. A não observância do prazo fixado para apresentação da garantia estabelecida neste item acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da contratação por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

12.11. O atraso superior a 30 (trinta) dias úteis para apresentação da garantia poderá acarretar a rescisão unilateral da contratação, sem prejuízo da multa prevista no subitem anterior.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

ANEXO II – MODELO DE FORMULÁRIO DE PROPOSTA

À

**CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ/RJ.
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

Referente: Processo Administrativo nº 568/2025.

Dispensa de Licitação nº ____/2025.

Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva (conservação e assistência técnica) do elevador instalado no Museu do Legislativo, da Câmara Municipal de Macaé.

A empresa abaixo se propõe a prestar os serviços objeto deste aviso, conforme discriminado no Termo de Referência – Anexo I, pelos preços e condições assinalados no presente, obedecendo rigorosamente às disposições da legislação competente.

Empresa Proponente: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

Telefone: (_____) _____ - _____ Fax: (_____) _____ - _____

E-mail: _____

CNPJ: _____._____._____/_____-____

ITEM	CATMAT	Descrição	UND.	QUANT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL	MARCA
1	3557	Contratação de empresa especializada para realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva (conservação e assistência técnica) do elevador instalado no Museu do Legislativo, da Câmara Municipal de Macaé.	SERV	01			

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

1. PREÇO TOTAL OFERTADO:

1.1. O preço total ofertado é R\$ _____ (_____).

1.2. O preço ofertado inclui todos os custos de mão de obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais, administração, trabalhistas, previdenciários, contribuições para fiscais e outros que venham a incidir sobre o objeto do Aviso da Dispensa Eletrônica nº ____/2025.

1.3. Declaro, ainda, que a proposta comprehende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega, nos termos do artigo 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

2.1. O prazo de validade desta proposta comercial é de 90 (noventa) dias, contados da data de sua entrega ao agente de contratação.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

3.1. Esta proposta está de acordo com todas as demais condições exigidas no Termo de Referência e seus anexos.

4. DADOS BANCÁRIOS:

BANCO:

CONTA CORRENTE:

AGÊNCIA:

Nome e identificação do representante

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N.º _____ / 20_.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE _____
QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ E A _____.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ, doravante denominado CONTRATANTE, representado neste ato pelo Chefe do Poder Legislativo, regularmente eleito, _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____ e a empresa _____ situada na Rua _____, Bairro _____, Cidade _____ e inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, daqui por diante denominada CONTRATADA, representada neste ato por _____, cédula de identidade nº _____, domiciliada na Rua _____, Cidade _____, resolvem celebrar o presente Contrato de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS de _____, com fundamento no processo administrativo nº _____, que se regerá em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável; pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 92, I e II)

O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de [descrever o objeto licitado], devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência e obedecendo a planilha de preços na forma abaixo descrita:



AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSERV	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1							

PARÁGRAFO ÚNICO – Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1. O Termo de Referência;
2. O Edital da Licitação;
3. A Proposta do contratado;
4. Eventuais anexos dos documentos supracitados

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E RECEBIMENTO

O objeto do contrato será entregue/installado em [descrever condições e prazos de entrega e instalação, se for o caso], com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais contidas no processo administrativo nº /, no presente contrato, no Edital que deu origem à presente contratação e seus anexos, especialmente, no Termo de Referência, bem como em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A manutenção preventiva será realizada mensalmente em todos os equipamentos, a fim de eliminar e prevenir pequenos defeitos, independentemente das solicitações para manutenção corretiva. A manutenção preventiva deverá ser marcada antecipadamente, podendo a esta ser realizada concomitantemente com as manutenções corretivas.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A manutenção corretiva será realizada em até 01 (uma) hora após a solicitação da Câmara Municipal de Macaé, para a eliminação de defeitos porventura ocorridos nos equipamentos, podendo haver prorrogação deste prazo, mediante justificativa técnica, onde os reparos deverão ser realizados, sempre que possível, no local de instalação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os serviços contratados, que compreendem a manutenção corretiva e preventiva mensal, deverão ser executados no período compreendido entre 9h (nove horas) e

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

17h (dezessete horas), de segunda-feira a sexta-feira, exceto nos feriados nacionais, do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Macaé, devendo ser previamente agendados.

PARÁGRAFO QUARTO - Os serviços, objeto deste certame, serão executados no Museu da Câmara Municipal de Macaé, localizado no Palácio Cláudio Moacyr de Azevedo, Avenida Rui Barbosa, 197, Centro, Macaé, RJ, CEP 27910-361.

PARÁGRAFO QUINTO - A Contratada deverá disponibilizar canais de contato para o devido agendamento através de e-mail, whats app ou similar.

PARAGRAFO SEXTO - Assistência técnica emergencial deverá atender aos chamados da Câmara Municipal de Macaé em casos de emergência, isto é, casos em que houver usuário(s) preso(s) na cabine ou em qualquer uma de suas partes, ou ainda, para qualquer acidente que venha a ocorrer no equipamento.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A Contratada fornecerá um relatório técnico para o controle da CMM a cada chamado, onde constarão os horários de início e término do atendimento, com a identificação dos equipamentos que apresentarem defeitos e as demais anotações pertinentes.

PARÁGRAFO OITAVO – Os serviços devem obedecer ao seguinte plano de manutenção preventiva mensal:



AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

ITEM	LOCAL	SUBITEM	ATIVIDADE	PERÍODO
1	CABINE	1.1	PAINEL DE CHAMADA/OPERAÇÃO	
		1.2	INTERFONE/INTERCOMUNICADOR	
		1.3	ILUMINAÇÃO, SUBTETO E VENTILADOR	
		1.4	PORAS, CORREDIÇAS E RÉGUA DE SEGURANÇA	
		1.5	INDICADOR DE POSIÇÃO (ANDAR)	
		1.6	OPERADOR DE PORTAS	
		1.7	BOTOEIRAS E SINALIZAÇÃO	
2	PAVIMENTO	2.1	PORAS E SOLEIRAS (CAB/PAV)	
		2.2	NIVELAMENTO (CAB/PAV)	
		2.3	BOTOEIRAS E SINALIZAÇÃO	
3	CASA DE MÁQUINA	3.1	PAINEL DE CONTROLE/COMANDO	
		3.2	MÁQUINA E CABOS DE TRAÇÃO	
		3.3	REGULADOR DE SOBREVELOCIDADE E MECANISMO	
4	CAIXA DE CORRIDA/DESLOCAMENTO	4.1	POLIA DE DESVIO	
		4.2	CABOS DE MANOBRA E FIAÇÕES	
		4.3	ILUMINAÇÃO	
		4.4	ESTRUTURAS	
		4.5	PORAS DE PAVIMENTO	
		4.6	CONTRAPESO	
5	POÇO	5.1	LIMITES SUPERIORES E INFERIORES	
		5.2	ILUMINAÇÃO DO POÇO E ESCADA DE EMERGÊNCIA	
		5.3	CABINE SUPERIOR	
		5.4	CORREDIÇA SUPERIOR, SUSPENSÃO DE CABOS DE TRACÃO	
		5.5	CORREDIÇAS INFERIORES E MECANISMO DO FREIO DE SEGURANÇA DA CABINE	
		5.6	POLIA TENSORA DO CABO DE FREIO DE SOBREVELOCIDADE	
		5.7	DESLIZE DO CONTRAPESO	
		5.8	BOTOEIRA DE EMERGÊNCIA	

I – Cabine:

- a) Painel de chamada/operação; verificar os parafusos de fixação e setas de direção (se ascendem e ou estão quebradas, etc); o funcionamento das botoeiras de chamada (trancando ao ser acionada ou se acende o iluminado, etc); o funcionamento dos botões abre-porta, fecha-porta e alarme.
- b) Interfone/intercomunicador: verificar o funcionamento, comunicação da cabine com a sala de controle.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

- c) Iluminação, subteto e ventilador: verificar o funcionamento das lâmpadas, ventiladores e bateria para fonte de luz de emergência; as fixações em geral; e realizar limpeza do subteto se necessário.
- d) Portas, corrediças e régua de segurança: verificar o funcionamento, fixação e alinhamento das portas da cabine; a folga excessiva das corrediças sobre a soleira; o funcionamento, fixação, ajuste mecânico e limpeza da régua de segurança.
- e) Indicador de posição (andar): verificar o funcionamento e fixação.
- f) Operador de portas: verificar as condições (tensão e desgaste) das correntes, correias ou cabo de tração; o desgaste dos roletes, folga e fixação; o funcionamento dos limites switch; a limpeza e lubrificação do conjunto operador.
- g) Botoeiras e sinalização: verificar o funcionamento das botoeiras e dos indicadores (lâmpadas, segmentos incompletos, etc).

II – Pavimento:

- b) Portas e soleiras (CAB/PAV): verificar a fixação e realizar limpeza da soleira; os puxadores, folga nos trincos eletromecânicos e micro switch.
- b) Nivelamento (CAB/PAV): verificar o nivelamento do elevador na subida e na descida com o pavimento; e a existência de ruído.
- c) Botoeiras e sinalização: verificar o funcionamento das botoeiras e dos indicadores (lâmpadas, segmentos incompletos, etc).

III – Casa de Máquina:

- a) Painel de controle/comando: verificar as condições dos fusíveis e seus engates; a conexão, aquecimento anormal e oxidação; os contatos de relés, contator e fixação dos mesmos; e reapertar bornes em geral.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

- c) Máquina e cabos de tração: verificar o nível de óleo da caixa redutora e vazamento; o ruído na caixa redutora, buchas, coroa, eixo sem fim e acoplamento; a existência de limalhas de ferro e desgaste na polia de tração; a existência de arame rompido no cabo de tração de acordo com as normas técnicas; o funcionamento do motor e esconder; a existência de desgaste nos canais da polia de tração; a polia deslocadora, eixo de sustentação e mancais; o funcionamento, desgaste e ajuste, se necessário, do freio estacionário; e realizar limpeza em geral.
- c) Regulador de sobrevelocidade e mecanismo: verificar o desgaste da polia; a existência de ruído; o funcionamento das peças móveis; as condições dos contatos limite switch; e as condições do cabo de aço.

IV - Caixa de corrida/deslocamento:

- a) Polia de desvio: verificar a fixação, lubrificação, ruídos, desgaste dos canais, eixos e rolamentos.
- b) Cabos de manobra e fiações; verificar as condições da fiação elétrica e cabo de manobra na caixa de corrida; a descida e subida do cabo de manobra; e os ruídos, obstrução e posição do mesmo.
- c) Iluminação: verificar a fixação dos suportes; as condições da fiação elétrica e sua fixação; e as lâmpadas queimadas.
- d) Estruturas: verificar as áreas corroídas; as condições de pintura; e a limpeza,
- e) Portas de pavimento: verificar a fixação do dispositivo de arraste, mola e roletes; os cabos e pesos de acionamento e tensionamento; o reaperto de fixação e braço acionador; e limpar e lubrificar o conjunto.
- f) Contrapeso: verificar a fixação dos pesos, empenamento das estruturas; a condição das corrediças de nylon superior e inferior; a fixação dos cabos de aço (castanhas, porcas, contra porcas, cuspilhas e grampo "u"); o nível de óleo do reservatório lubrificador de trilho; e a fixação dos trilhos guia.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

V – Poço:

- a) Limites superiores e inferiores: verificar o funcionamento, condição dos contatos elétricos e fixações; o funcionamento da botoeira de emergência do fundo do poço.
- b) Iluminação do poço e escada de emergência: verificar o funcionamento das lâmpadas; a fixação e acesso da escada de emergência a sala de máquinas; e limpar se necessário.
- d) Cabine superior: verificar os contatos do limite switch do alçapão; o funcionamento da botoeira de emergência; o nível de óleo do lubrificador de trilho; o funcionamento da rampa eletromecânica; o funcionamento da caixa de operação manual/automático.
- d) Corrediça superior, suspensão de cabos de tração: verificar o estado das corrediças, desgaste dos nylons e folga excessiva entre as guias; a limpeza e fixação das graxeiras; o tensionamento dos cabos de aço, fixação das castanhas, porcas e contra porcas e grampo "u"; e a existência de ruídos.
- e) Corrediças inferiores e mecanismo do freio de segurança da cabine: verificar: as condições das corrediças, desgaste dos nylons e folgas excessivas; limpar, lubrificar ou ajustar, se necessário, o mecanismo do freio de segurança; e limpar e lubrificar.
- f) Polia tensora do cabo de freio de sobrevelocidade: verificar a fixação junto a guia (trilho), alinhamento da polia, do braço e do suporte; o funcionamento do limite switch; a distância do peso em relação ao piso do poço (maior que 150 mm); e limpar e lubrificar o eixo.
- g) Deslize do contrapeso: verificar a distância da mola para-choque à parte inferior da estrutura do contrapeso (150 a 500mm); e a limpeza do fundo do poço.
- h) Boteira de emergência: verificar o estado de conservação e fixação; e as condições Operacionais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor total de R\$_____ (______).

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor estimado não implica na obrigatoriedade da Câmara Municipal de Macaé solicitar a totalidade dos serviços até o referido valor.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, não cabendo, pois, quaisquer reivindicações a título de revisão de preços ou reembolso, sejam a que título for.

CLÁUSULA QUARTA - FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA após a regular liquidação da despesa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado pela Câmara Municipal de Macaé - RJ, mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA, até no 30º (trigésimo) dia corrido a contar da data final do período mensal de adimplemento da obrigação, desde que se obedeça às formalidades legais e contratuais previstas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nenhum faturamento da Contratada será processado sem que tenha sido previamente emitido o respectivo Termo de Aceite Definitivo

PARÁGRAFO QUARTO - Nas faturas deverão constar obrigatoriamente, além da data de assinatura do contrato e do período a que se refere a aquisição, as seguintes informações:

- a) O número do instrumento contratual;
- b) O nome e código do banco;
- c) Agência e número da conta corrente da contratada.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

PARÁGRAFO QUINTO - As notas fiscais deverão ser entregues ao Setor de Análise Prévia de Pagamento com os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos para com os tributos Federal, Estadual, INSS (CND), FGTS (CRF) e CNDT, na forma exigida pela Constituição Federal disposto em seu art.195 § 3º e leis pertinentes;

PARÁGRAFO SEXTO – Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando, qualquer ônus para a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A devolução da fatura não aprovada pela Câmara Municipal de Macaé em hipótese alguma autorizará a Contratada a suspender o fornecimento do objeto contratado.

PARÁGRAFO OITAVO - Sobre o valor total da remuneração incidem as obrigações fiscais, conforme a legislação vigente.

PARÁGRAFO NONO - Constatada a situação de irregularidade, a Contratada será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pela Câmara Municipal de Macaé.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A Câmara Municipal de Macaé poderá glosar ou reter o pagamento de qualquer fatura, ou da parte do pagamento vinculada a execução de determinada atividade, nos seguintes casos, dentre outros definidos neste Contrato:

I- Imperfeição do objeto contratado;

II- Discordância ou necessidade de maiores esclarecimentos do objeto contratado, por parte da fiscalização responsável pelo Contrato;



AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

- III-** Débito da Contratada para com a Câmara Municipal de Macaé, que provenha da execução deste contrato, ainda que resulte do inadequado cumprimento de outras obrigações não integrantes da fatura referida no caput;
- IV-** O não cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada;
- V-** Dedução relativa a insumos de sua responsabilidade não fornecidos;
- VI-** Eventual responsabilização solidária e/ou subsidiária, originada em decorrência da execução do presente contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do objeto contratado.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento. No caso de antecipação do pagamento, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,33% ao mês, calculado pro rata die entre a data do efetivo pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A Câmara Municipal de Macaé não estará sujeita à penalização e a compensação financeira a que se refere o subitem anterior deste Contrato, se o atraso decorrer do fornecimento irregular com ausência total ou parcial de documentação hábil, ou pendente de cumprimento pela Contratada de quaisquer cláusulas do presente contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO- Em virtude da possibilidade de atraso na distribuição do orçamento, no registro de empenhos e de outras providências de ordem administrativa, não se configurará mora da Câmara Municipal de Macaé nos 02 (dois) primeiros meses do exercício, ficando-lhe facultado o pagamento sem encargos moratórios até o terceiro mês do exercício financeiro.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A fiscalização do contrato será exercida pelos seguintes servidores:

- Chayen Fernandes Lima – Matrícula nº 3839-3 - Gestor
- Débora Pereira Carneiro Amorim – Matrícula nº 4489-0 – Fiscal Técnico
- Juliano Farias Pereira Gáspio – Matrícula nº 4095-9 – Fiscal Administrativo
- Fernando Tadeu Pinheiro Vieira – Matrícula nº 6361-4 – Fiscal Administrativo

PARÁGRAFO SEGUNDO - Aos servidores designados para o acompanhamento e fiscalização do contrato, incumbe as seguintes funções:

I - Verificar se o serviço está sendo realizado em conformidade com o objeto da contratação;

II - Adotar as providências necessárias à preservação dos interesses do erário, promovendo a atestação das faturas, opinando pela aplicação das penalidades cabíveis em caso de inadimplemento e praticar os atos indispensáveis à boa execução dos contratos sob sua responsabilidade;

III - Emitir, com a periodicidade adequada ao objeto fiscalizado, relatório acerca da execução dos contratos, sugerindo, em tempo hábil, as providências necessárias em benefício da Administração, inclusive no tocante às hipóteses de alterações contratuais, de prorrogação, de rescisão, bem como aqueles destinados à abertura de novo procedimento licitatório, se for o caso.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ficam reservados ao gestor do contrato o direito e a autoridade para comunicar a Comissão Processante desta CMM todo e qualquer caso singular, omissão ou duvidoso não previsto no processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto contratado, desde que não acarrete ônus para a CMM ou modificação da contratação.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

PARÁGRAFO QUARTO - Ficam reservados ao gestor do contrato o direito e a autoridade para comunicar à Comissão Processante desta CMM todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidoso não previsto no processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto contratado, desde que não acarrete ônus para a CMM ou modificação da contratação.

PARÁGRAFO QUINTO - A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos bens adquiridos, à sua entrega e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução contratual não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de vigência da contratação é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a contar da data da assinatura do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

São obrigações da CONTRATADA

I – O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

II – Realizar os serviços com as obrigações elencadas no item 6.3 do Anexo I – Termo de Referência;

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

III – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

IV – Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

V – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

VI – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

VII – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

VIII – Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos municipais e à Dívida Ativa; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

IX - Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

X - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

XI - Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

XII- Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

XIII – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

XIV – Comprovar a reserva de cargos a que se refere o inciso anterior, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

XV – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

XVI – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

XVII – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

XVIII – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

XIX – Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

XX – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

XXI – Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

XXII – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

XXIII – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

São obrigações da CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ – RJ:

I – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

II – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

III - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto executado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

IV – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

V – Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

VI – Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

VII – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

VIII – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

PARÁGRAFO ÚNICO – A Câmara Municipal de Macaé não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA - ACEITAÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO

A aceitação do objeto deste Contrato se dará mediante a avaliação de Comissão de Fiscalização designada pelo Diretor Geral, que constatará se os serviços prestados atendem a todas as especificações contidas no Edital que ensejou a presente contratação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O objeto do presente contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao pagamento.

- a) Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta



AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

- b) Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os serviços cujo os padrões de qualidade estejam em desacordo com a especificação do Edital e seus anexos deverão ser recusados pela Comissão responsável pela fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Na hipótese de recusa de aceitação, por não atenderem às exigências do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá substituir quaisquer bens defeituosos ou qualitativamente inferiores, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CONTRATANTE da data da efetiva aceitação. Caso a CONTRATADA não substitua os serviços não aceitos no prazo assinado, a CONTRATANTE se reserva o direito de providenciar o seu fornecimento às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- FORÇA MAIOR

Os motivos de força maior que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I – Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II – Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV – Multa:

- a) Até 30 (trinta) dias corridos de mora será devida a multa de 0,5% ao dia.
- b) De 30 (trinta) à 45 (quarenta e cinco) dias corridos de mora será devida a multa de 1% ao dia.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

c) Acima de 45 (quarenta e cinco) dias corridos de mora será perdido o direito de Detentora da Ata de Registro de Preços, e será convocado o segundo colocado a fornecer o objeto.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO TERCEIRO - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

PARÁGRAFO QUINTO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SEXTO - Se, no prazo previsto nesta Cláusula, não for feita a prova do recolhimento da multa, promover-se-ão as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, mediante despacho regular da autoridade contratante.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO OITAVO - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO NONO - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedural e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTE (art. 92, V)



AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em ___/___/___ (DD/MM/AAAA).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s)

PARÁGRAFO QUARTO - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

PARÁGRAFO QUINTO - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO SEXTO - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Quando a não conclusão do contrato referida no parágrafo anterior decorrer de culpa do contratado:

I – ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

II – poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

PARÁGRAFO QUINTO - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

PARÁGRAFO SEXTO - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indemnizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

As despesas oriundas deste CONTRATO correrão por conta dos recursos orçamentários consignados a Câmara Municipal de Macaé, conforme abaixo identificados, vigentes para este exercício:

Câmara Municipal de Macaé:

Programa de trabalho nº: 0103100372.202000

Elemento de Despesa nº: 3.3.90.39.00

Classificação: _____

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, no Diário Oficial do Município de Macaé, correndo os encargos por conta do CONTRATANTE e providenciará a publicação e remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao seu órgão de controle interno e ao Tribunal de Contas do Estado na forma da legislação aplicável.

PARÁGRAFO ÚNICO – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS



AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

- a) A CONTRATADA se obriga a manter, durante todo o período de execução do Contrato, as condições de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e regularidade trabalhista exigidas no Edital por meio do qual foi licitada a prestação de serviços do objeto do presente instrumento e o teor da sua proposta de preço, sob pena de rescisão do Contrato.
- b) Os ensaios, os testes e demais provas requeridas por normas técnicas oficiais para a verificação da qualidade dos bens objeto deste Contrato, correm à conta da CONTRATADA.
- c) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na entidade licitante]
- d) Qualquer tolerância do CONTRATANTE quanto a eventuais infrações contratuais não implicará renúncia a direitos e não pode ser entendida como aceitação, novação ou precedente

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO DE ELEIÇÃO (art. 92, §1º)

Fica eleito o Foro da Comarca de Macaé para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em (teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Macaé, em _____ de _____ de _____.

CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
CONTRATANTE



AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025

**CONTRATADA
IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE**

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA